

Semana da Conciliação totaliza R\$ 10 milhões



A I Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, realizada entre 16 e 20/03, homologou, em Pernambuco, 1.300 acordos, que somaram R\$ 10 milhões. A campanha atendeu aproximadamente 6.200 pessoas e realizou mais de 2 mil audiências, encerrando 64% dos processos colocados em pauta. O resultado expressivo é fruto da dedicação dos cerca de 100 magistrados, que reuniram esforços para mediar negociações entre trabalhadores e empregadores e contaram com o apoio de servidores.

Correição nas unidades judiciárias de 1º grau

Iniciada no começo de março, a correição ordinária do TRT-PE encerrou sua primeira etapa no dia 20, com visitas à 3ª VT do Recife. Ao longo do mês, também foram correcionadas unidades no Cabo de Santo Agostinho, Escada, Catende e Barreiros. Até o final de abril a equipe do corregedor regional, desembargador Ivan Valença, passa por Ribeirão, Igarassu e mais quatro varas do Recife.

Uniformização da jurisprudência trará benefícios Pág. 06

Entrevista: desembargador Ivan Valença fala sobre os desafios à frente da Corregedoria Págs. 04 e 05

Corrida e Caminhada em homenagem ao Dia da Mulher Pág. 06

Corregedor quer difundir boas práticas de varas do trabalho

A correição ordinária do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), realizada pelo corregedor regional, desembargador Ivan de Souza Valença Alves, com o apoio de sua equipe, teve início no dia 2 de março. Na primeira etapa, foram visitados os fóruns do Cabo de Santo Agostinho, Escada, Catende, Barreiros e três varas do Recife. Até o final de abril serão correcionadas as unidades judiciárias de Ribeirão, Igarassu, além de quatro no Recife.

O corregedor Ivan Valença verificou, em todas as VTs, um bom

desempenho quanto à Meta 1 do Conselho de Justiça (CNJ) – julgar maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014. Destaque para a 2ª de Barreiros, que atingiu 115,9%; a de Catende, com 113,8%; e a 1ª de Barreiros, como 110,8%. Dentre as unidades visitadas, a Vara de Escada, além de obter êxito com a Meta 1, atingiu a Meta 5, reduzindo suas taxas de congestionamento, tanto da execução não fiscal quanto fiscal, em 63,8% e 75%, respectivamente.

Já a 1ª VT de Recife obteve o

segundo melhor desempenho no cumprimento da Meta 1 do CNJ entre as 23 varas da Capital, ficando com 96,2%. A unidade ainda se destacou na redução do prazo para marcação de audiências e na prolação de sentenças de forma líquida em ambos os ritos processuais (ordinário e sumaríssimo). As 2ª e 3ª Varas cumpriram com êxito a Meta 5, também reduzindo a taxa de congestionamento. Além disso, foi observado bom desempenho dos assistentes de juiz na 2ª VT, que preparam minutas de sentenças relativas à solução de incidentes processuais – a exemplo de embargos declaratórios, embargos à execução e exceção de pré-executividade – e fazem análise de pleitos de antecipação de tutela e informações em mandado de segurança.

Sobre as atividades na 3ª VT do Recife, o corregedor Ivan Valença destaca o tranquilo funciona-

mento da unidade, escolhida pela Administração do Tribunal para o processo de revisão das regras do e-Gestão, na primeira instância, sistema que reúne informações estatísticas da Justiça Trabalhista. A avaliação procura corrigir inconsistências existentes no programa de dados, a fim de servir como norte para as demais varas.

Ao longo da primeira fase da correição, analisou-se, de modo geral, um bom trabalho das varas, que cumpriram de forma total ou parcial as Metas do CNJ, além de um satisfatório trabalho interno. “Sobressai nos Juízos ora correccionados o compromisso de todos que o integram em busca da excelência na entrega da prestação jurisdicional, sendo a dedicação ao serviço uma marca constante”, declara o desembargador corregedor Ivan Valença. As ressalvas feitas foram consideradas pelo magistrado de fácil resolução.

Stela Maris



Equipe da 2ª VT do Cabo, o juiz titular, Sérgio Murilo e o corregedor, Ivan Valença

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

Gisane Barbosa de Araújo

VICE-PRESIDENTE

Virgínia Malta Canavaro

CORREGEDOR

Ivan de Souza Valença Alves

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo

André Genn de Assunção Barros

Ivanildo da Cunha Andrade

Gisane Barbosa de Araújo

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

Virgínia Malta Canavaro

Valéria Gondim Sampaio

Ivan de Souza Valença Alves

Valdir José Silva de Carvalho

Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva

Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedrosa Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

Maria do Socorro Silva Emerenciano

Sergio Torres Teixeira

Fábio André de Farias

Paulo Alcantara

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Sérgio Ricardo Batista Mello

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédjá Menezes Soares de Azevedo

REDATORES

Núcleo de Comunicação Social: Eugenio Pacelli · Mariana Mesquita · Helen Falcão · Fábio Nunes / Estagiários de Jornalismo: Jaqueline Fraga · Renata Oliveira / Signo Comunicação: Francisco Shimada / Larissa Correia

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Núcleo de Comunicação Social: Stela Maris · Elysangela Freitas / Signo Comunicação: Danilo Galvão

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Núcleo de Comunicação Social: Simone Freire · Gilmar Rodrigues / Signo Comunicação: Micaele Freitas

IMPRESSÃO

Imprima Soluções Gráficas (Tiragem: 1.500 exemplares)

Mais de 10 milhões arrecadados na I Semana Nacional da Conciliação



Presidente do TRT-PE, desembargadora Gisane Araújo (esq.), acompanhada dos coordenadores da Semana da Conciliação em Pernambuco, desembargadora Nise Pedroso e juiz Eduardo Câmara

Realizada entre os dias 16 e 20 de março, a I Semana Nacional da Conciliação Trabalhista teve um saldo bastante representativo em Pernambuco. A iniciativa, coordenada localmente pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), realizou mais de 2 mil audiências, que resultaram em cerca de 1,3 mil acordos com um índice de encerramento de 64% das ações incluídas em pauta. A homologação de acordos ultrapassou valores que superaram R\$ 10 milhões.

No estado, a mobilização envolveu aproximadamente 100 magistrados, entre desembargadores e juízes – incluindo quatro aposentados convidados pela Presidência para compartilhar sua expertise. “Mais uma vez, a tradição de conciliar processos na Justiça do Trabalho pernambucana revela-se inquestionável.

A Semana da Conciliação alcançou elevados patamares tanto no número de acordos homologados quanto nos valores oferecidos. E a finalidade maior foi alcançada: desafogar parte das pautas na primeira instância e cultivar a prática da conciliação em todas as fases do processo”, avaliou a desembargadora Nise Pedroso Lins de Souza, responsável pela mobilização em parceria com a desembargadora Maria do Socorro Emerenciano e o juiz substituto Eduardo Câmara, gestor Regional de Execução Trabalhista e Coordenador do Núcleo de Conciliação.

Acreditando no crescimento da cultura do acordo para solução de demandas, a presidente do TRT-PE, Gisane Barbosa de Araújo, ressaltou a importância da aproximação do Judiciário com a sociedade. Ela também ficou

satisfeita com os resultados significativos conseguidos pela campanha e antecipou a realização de novas ações do tipo, não necessariamente ligadas à campanha atual, que foi estruturada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).










“Prepararemos outros mutirões, na capital e em outras localidades, principalmente agora que temos um juiz auxiliar dedicado ao Núcleo de Conciliação e voltado para as atividades de acordo em primeiro grau”. A desembargadora espera que outras empresas, advogados e partes interessadas em fazer acordos procurem as varas trabalhistas ou o núcleo

especializado. A unidade funcionará próximo à sala de treinamento, no segundo andar do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo (condomínio Sudene), onde estão instaladas as 23 varas do Recife.

Incentivo permanente

O TRT-PE estimula a resolução de conflitos por meio de acordos e é reconhecido nacionalmente pela atitude. Para conciliar, em qualquer fase processual, as partes têm duas opções: ir até a vara do trabalho onde corre o processo e requerer ao juiz a audiência de tentativa de conciliação ou acessar o site www.trt6.jus.br/portal/quer-conciliar e solicitar o agendamento da audiência.

Raio-X da I Semana Nacional da Conciliação Trabalhista em Pernambuco

-  Realizada de 16 a 20 de março
-  2 mil audiências efetivadas
-  1,3 mil acordos firmados
-  6,2 mil pessoas beneficiadas
-  64% dos processos colocados em pauta encerrados
-  R\$ 10 milhões em valores homologados
-  R\$ 712 mil recolhidos ao INSS
-  Entre desembargadores e juízes, quase 100 magistrados empenhados diretamente na ação
-  Centenas de servidores envolvidos na mobilização

Entrevista

DESEMBARGADOR CORREGEDOR · Ivan de Souza Valença Alves

Corregedor regional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) durante o biênio 2015/2017, o desembargador Ivan de Souza Valença Alves assumiu a função com a experiência de quem tem 28 anos de magistratura trabalhista. Nesta entrevista, Ivan Valença fala sobre os desafios à frente da Corregedoria do Regional pernambucano, destacando a importância de uma atividade correcional preventiva. O magistrado aponta, ainda, o diálogo com os juízes e a socialização das boas práticas na administração das varas trabalhistas como alguns dos objetivos da Corregedoria.



1. Desembargador, após 28 anos dedicados à magistratura no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – 15 na primeira instância e 13 na segunda –, o senhor assume o cargo de corregedor regional. Essa é a função mais espinhosa nas administrações dos tribunais?

Certamente que todas as funções administrativas no âmbito do Regional são de alta complexidade e relevância, exigindo do eventual ocupante prudência, devoção e responsabilidade. Desse modo, não diria que a atividade à frente da Corregedoria é a mais espinhosa ou mais difícil, mas gostaria de destacar que a função correcional lida com os problemas diários da organização judiciária de primeiro grau em todo o âmbito da 6ª Região. Nessa perspectiva, os desafios são contínuos, diários e diversificados, daí porque é imprescindível o apoio de todo o TRT, dos servidores e, especialmente, dos juízes de primeiro grau para cumprir todas as atribuições da Corregedoria previstas no artigo 27 do Regimento Interno do Tribunal. Tentarei transformar a atividade correcional em uma atividade prazerosa.

2. Historicamente o papel do corregedor foi entendido como

o de detectar problemas no funcionamento do Judiciário. Mas as modernas práticas de gestão vêm contribuindo para a mudança desse perfil do corregedor apenas fiscalizador. De que forma o Senhor pretende atuar para que a correição não tenha apenas o objetivo de diagnosticar problemas e fazer recomendações a posteriori?

Compreendo que a atividade correcional não é apenas censória, ou seja, de fiscalização e apuração de desvios de conduta ou do não cumprimento de metas ou resultados, mas, sobretudo, ênfase que a atuação da Corregedoria deve ser realizada de forma preventiva e pedagógica, com o incentivo ao diálogo e ao aprimoramento da função jurisdicional, seja orientando a 1ª instância no sentido de alcançar o desiderato do princípio constitucional da eficiência, respeitada a independência dos magistrados, seja divulgando as boas práticas criadas pelos juízes de primeiro grau na administração das Varas, seja racionalizando as rotinas de trabalho para aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos que possuímos.

3. De que maneira sua experiência no exercício da magistratura

pode orientar suas ações na Corregedoria?

Considero que a minha atuação na 2ª instância como desembargador é uma extensão ou prolongamento de minha carreira como magistrado. Meu tempo de atuação como juiz de primeiro grau foi e continua sendo decisivo para a formação de minhas convicções e consciência sobre os problemas que afetam o Sexto Regional e a própria atividade jurisdicional. A experiência que acumulei na 1ª instância, sem dúvida, não me permite esquecer as dificuldades e as deficiências enfrentadas pela magistratura trabalhista da 6ª Região, da qual muito me orgulho de fazer parte.

4. O programa e-Gestão está merecendo uma atenção especial. Quais as ações que o Senhor está promovendo em relação a esse tema?

As ações que foram iniciadas desde a última gestão passam pela constante capacitação dos gestores de cada unidade judiciária, sob a orientação do grupo gestor local, composto por magistrados e servidores, dentre os quais os diretores de varas, o coordenador da Coordenadoria de Sistemas e servidores do Núcleo de Estatística e Pesquisa, com vistas a corrigir eventuais distorções dos resulta-

dos estatísticos e, de forma pedagógica, orientar os servidores das varas a realizarem o lançamento correto das informações necessárias no sistema. O grupo gestor do Tribunal, por mim coordenado, reúne-se mensalmente para estabelecer metas e estratégias visando à melhoria dos fluxos do e-Gestão e a remessa de dados escoreitos ao TST. Registro, por oportuno, que conseguimos aprovar junto ao TST todas as remessas de 2014 referentes ao segundo grau e várias remessas do primeiro grau. Agora envidaremos esforços para melhorar o fluxo de dados do primeiro grau. A 3ª Vara do Trabalho do Recife, presidida pela juíza Aline Pimentel e auxiliada pela juíza Danielle Lira Pimentel Acioli, foi eleita para servir de vara-piloto para a correção dos dados do e-Gestão do primeiro grau. Tenho convicção de que o trabalho será bem-sucedido em face do alto grau de comprometimento e capacidade dos nossos servidores.

5. Com o PJe instalado em 100% das varas do TRT-PE que muda nos procedimentos da correição?

Em primeiro lugar, a maioria das varas do Trabalho do TRT da 6ª Região apresenta uma situação híbrida, combinando os

processos físicos e eletrônicos, o que determina a manutenção do procedimento correicional aos moldes tradicionais. De qualquer forma, a apuração dos dados no PJe é mais rápida e eficiente, permitindo-se, em caráter remoto, a análise dos resultados do trabalho nas unidades judiciárias, o que, contudo, a meu ver, não elide a necessidade do contato direto do corregedor com os juízes e a equipe das varas, a fim de colher as dificuldades, as sugestões e as boas práticas e repassar orientações no sentido de aprimorar a prestação jurisdicional.

6. Como foi estruturado o calendário das correições para este ano?

As atividades correicionais já começaram. Por sua vez, o calendário das correições ordinárias foi organizado por períodos bimestrais, considerando a dinâmica da agenda do cargo de corregedor, bem como os compromissos com as reuniões do Colepcorec, entre outros.

“Mais do que uma meta, o grande desafio da Corregedoria Regional durante o biênio que ora se inicia será encontrar um caminho seguro que possa equilibrar as respostas rápidas e eficientes que a sociedade espera do Judiciário e o respeito à dignidade humana dos juízes e servidores que compõem o quadro do nosso TRT”

7. Com o objetivo de melhor servir aos cidadãos, o Judiciário tem se posto metas. Quais são as metas que devem ser cumpridas pela Corregedoria neste ano de 2015 e para o biênio 2015-2017?

Mais do que uma meta, o grande desafio da Corregedoria Regional durante o biênio que ora se inicia será encontrar um caminho seguro que possa equilibrar as respostas rápidas e eficientes que a sociedade espera do Judiciário e o respeito à dignidade humana dos juízes e servidores que compõem o quadro do nosso TRT. A intensificação dos trabalhos para o alcance das metas estabelecidas não pode importar no agravamento da saúde e nem em invasão de outras dimensões de suas vidas. Há que se trabalhar de forma mais produtiva e racional, alterando-se, no que for possível, a gestão das varas e dos processos com vistas a se alcançarem melhores resultados. Nesse contexto, a Corregedoria está sempre a postos para auxiliar e orientar naquilo que for possível.

Homenagem às mulheres

Mais de duas centenas de pessoas participaram da 3ª Corrida e Caminhada pelo Dia Internacional da Mulher, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) e organizada pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental e pelo Núcleo de Saúde. Cruzando diversos pontos históricos do centro do Recife, a corrida de dez quilômetros contou com a presença de 174 inscritos. Em 2014, foram 160 corredores. Quem não quis correr, optou pela caminhada de três quilômetros e

meio, que teve 75 participantes.

A corrida feminina foi vencida por Tamyres Domingos em pouco mais de 45 minutos. Completaram o pódio Silvana da Silva e Verônica Soares na segunda e na terceira colocações. Já a prova masculina teve como vencedor Haziel Nascimento, que fez o percurso em pouco mais de meia hora. João Cavalcanti ficou em segundo lugar e Elvys de Almeida em terceiro.

Ao final do evento, os atletas foram recebidos pelo Maracatu Baque Mulher. As atletas também



participaram de sorteios de brindes, e os 15 primeiros colocados de cada categoria receberam medalhas. Os

inscritos ainda doaram alimentos não perecíveis, que serão encaminhados a instituições de caridade.

Uniformização de jurisprudência dará mais celeridade a julgamentos

Dentre as atividades delegadas pela Presidência do TRT-PE à Vice-Presidência, há o juízo de admissibilidade dos Recursos de Revistas, Recursos Ordinários ao TST e Agravos de Instrumento. A essa delegação, normatizada já há algum tempo, veio somar-se outra recentemente, em decorrência das novas atribuições contempladas pela Lei nº 13.015 de 21 de julho de 2014, que alterou os arts. 894, 896, 897-A e 899 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A partir desta lei, os Tribunais Regionais do Trabalho estão obrigados a proceder à uniformização de sua jurisprudência, por força

do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 896 da CLT, dispositivos estes alterados pela mencionada norma legal.

Este novo cenário fez crescer a demanda da Vice-Presidência, que passou a ter sob sua responsabilidade (por delegação) a incumbência de suscitar os Incidentes de Uniformização de Jurisprudência – IUs.

Esses incidentes se dão mediante provocação do Tribunal Superior do Trabalho, que devolve ao Regional os Recursos de Revista (RR), cujas matérias tenham decisões atuais e conflitantes emitidas pelo próprio TRT; por provocação do Ministério

Público; das partes; ou de ofício, pela própria Vice-Presidente que os suscita, tão logo sejam verificadas divergências em decisões sobre o mesmo tema, por ocasião da interposição dos Recursos de Revistas. O julgamento fica a cargo do Pleno.

Embora, a princípio, a nova prática vá acarretar um representamento dos feitos, que deverão ficar sobrestados até a uniformização do tema neles versado, além de representar um “engessamento” nas decisões, considerando o verdadeiro efeito vinculante que a referida uniformização encerra, a longo prazo, haverá um ganho de tempo, tendo em vista não ser

mais possível a discussão regional acerca de matéria já pacificada por meio de súmula interna. Isso significa que a celeridade, um dos pilares desta justiça especializada, será priorizada.

A Vice-Presidência deste Regional possui algumas atribuições delegadas pela Presidência do Órgão, com o intuito de descentralizar as atividades, de modo a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Para a desembargadora Vice-Presidente Virgínia Malta Canavarro, a descentralização das atividades é bastante positiva: “As vantagens e benefícios da delegação consistem na descentralização das atribuições da presidência, sempre muito volumosas”.

Getrin6 e o 28 de abril

No 28 de abril, o Getrin6 realiza palestras no Senac em comemoração ao Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, com o tema “Terceirização: adoecimento e morte do trabalhador”. As outras ações do grupo para 2015 estão sendo definidas e envolvem seminários, panfletagens, passeio ciclístico e o II Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro.

Núcleo Sociambiental

Com base na Resolução CNJ nº 201/2015, aprovada em março, todos os órgãos e os conselhos do Judiciário têm 120 dias para implantarem unidades ou núcleos socioambientais. No TRT-PE, existe uma Comissão de Responsabilidade Socioambiental com atuação desde 2008. As medidas necessárias para a adequação às determinações do Conselho estão sendo tomadas. A feirinha de produtos orgânicos, as campanhas pelo uso e descarte racional de resíduos e o contrato de digitalização de documentos firmado com o Centro Suvag de Pernambuco, que promove a inclusão profissional de 20 pessoas com deficiência auditiva, são algumas das atividades desenvolvidas pelo grupo. A comissão, presidida pelo servidor Renato Pinto, já tem plano de ação para 2015 que, entre outras iniciativas, pretende fortalecer o gerenciamento de detritos e afins.

Desembargadores homenageados

Dois magistrados da segunda instância do TRT6 foram agraciados pelo TRT15 (Campinas). Presidente no biênio 2013/2015, o desembargador Ivanildo Andrade foi condecorado com o Grande Colar do Mérito Judiciário, maior honraria daquele Regional. Já o desembargador Acácio Júlio Kezen Caldeira recebeu a Medalha do Mérito Judiciário na Categoria Ouro. As distinções são concedidas a personalidades e autoridades que se destacam nos meios político, social e da Justiça.

Progecom

Criado pelo TRT-PE para preparar, avaliar, conhecer e estimular os servidores no desempenho cada vez mais qualificado de suas funções, o Progecom foi um dos 44 projetos selecionados para apresentação no 2º Encontro Nacional de Boas Práticas na Justiça do Trabalho, que reunirá centenas de participantes em Porto Seguro (BA), entre os dias 9 e 11 de abril. Desde seu lançamento, em 2013, a ferramenta já foi adotada pelos Regionais da Bahia, Mato Grosso e Rondônia/Acre.

Raio-X do TRT

O programa Jornada, exibido pela TV TST, traçou um grande panorama sobre a Justiça do Trabalho em Pernambuco. Entre os destaques do quadro Raio-X foram apontados a mudança nas competências no ramo trabalhista, mobilizações classistas, o estímulo às conciliações e a utilização do pje-JT. O material também mostrou o incremento das ações de comunicação para aproximar a sociedade do Regional e outras iniciativas que contribuíram para tornar o TRT-PE um dos mais céleres do país. A produção local ficou a cargo do Núcleo de Comunicação Social do Regional6. Confira o programa em <http://bit.ly/1bxPdak>.

Concurso: 2ª etapa

Os 311 candidatos habilitados participam nos dias 12 e 19 de abril da segunda de cinco etapas do XX concurso para juiz substituto do TRT-PE. As provas escritas Discursiva e Prática de Sentença, elaboradas pela comissão do TRT-PE, serão aplicadas pela Fundação Carlos Chagas, nas dependências do Colégio Boa Viagem. O processo vai aprovar sete magistrados substitutos, com possibilidade de inscrição em cadastro reserva.

Os prazeres da corrida

Conheça Maximiliano Nepomuceno, o servidor meio-maratonista que influencia os colegas a praticarem o esporte

Maximiliano Furtado Nepomuceno é servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) há aproximadamente 20 anos. Lotado na Corregedoria, Max, como é conhecido, tem a admiração de todos os colegas de trabalho, que aprendem com ele a levar uma vida mais saudável.

Em 2011, após passar por uma cirurgia de redução de estômago, o servidor saiu dos 125 para os 79 quilos que tem hoje. De quatro anos para cá, o peso na balança pouco oscilou e um dos motivos para a manutenção da boa forma é a prática rotineira de atividade física.

Por orientação médica, assim que se recuperou da cirurgia, Max começou a fazer caminhadas. O objetivo era diminuir as chances de voltar ao peso anterior, situação ainda comum entre os recém-operados. “Eu comecei com caminhada e fui evoluindo para a corrida. Iniciou como uma questão de saúde e manutenção mesmo, mas aí, depois que você começa, fica viciado”, conta.

Após pegar gosto pela atividade, o atleta passou a se dedicar às corridas, participando, inclusive, de competições promovidas na cidade do Recife. A maioria delas, diz, tem o percurso definido em

10 quilômetros. Com a sequência dos treinos, Maximiliano também começou a correr meia-maratona, cuja extensão é de 21 km.

Foram quatro meias-maratonas em que competiu até agora e muitas outras como treinamento. A rotina de preparação inclui, em média, quatro treinos semanais, como explica o servidor: “Tem um grupo com o que eu treino às terças e quintas-feiras, com a academia. A gente começa às 5h da manhã e vai até umas 6h30. No sábado, eu corro sozinho, aí o percurso é mais longo. Às vezes, também corro no domingo.”

Max conta, ainda, que a maioria dos exercícios com o grupo da academia costumam ser específicos, variando com modalidades funcionais e treinamento de tiro, por exemplo. “Geralmente os corredores treinam dois dias da semana e no final de semana fazem um longão”, diz, referindo-se aos percursos maiores.

A mudança no estilo de vida, que também contou com uma reeducação alimentar, tem influenciado amigos e familiares do servidor, incluindo colegas do TRT-PE. É comum, inclusive, praticarem corrida juntos. A aproximação gerada pelo esporte, avalia Max, aumentou ainda mais a união do grupo. “Tem



muito corredor aqui no Tribunal, a gente se encontra, corre junto, é muito bom. Isso acaba criando laços”. Além disso, os servidores também se organizam para viajar e participar de meias-maratonas em outras cidades.

Trabalhando na Corregedoria, Maximiliano integra a equipe de correição que visita as unidades judiciárias distribuídas por Pernambuco. Para não perder o ritmo, ele e outros colegas do Regional passaram a levar o tênis esportivo durante as viagens e começaram a correr também nos municípios visitados. Toda essa disciplina contribui não só para a perda de peso, como também para a qualidade de vida. “Com a corrida, a disposição e o condicionamento físico melhoram – e se

dorme melhor. Ela também ajuda na redução de todas as taxas, como colesterol e glicose, e no risco de cardiopatias”, ressalta o atleta.

Para 2015, o projeto do servidor é participar da meia-maratona do Rio de Janeiro, que acontece em agosto, e também da tradicional corrida de São Silvestre, realizada em São Paulo no dia 31 de dezembro. As vantagens de se dedicar ao esporte são evidenciadas nas palavras de Max: “Você às vezes fica sem entender como é que a pessoa, ao invés de dormir, acorda cedo para ir correr. Mas a partir do momento que você começa a se condicionar e a descobrir os prazeres da atividade, isso se torna, além de uma coisa prazerosa, um vício bom. Você não quer mais largar e quer sempre mais.”